



# O tenuous transit from equality to difference. The force of the feminine in the evolution of gender relations

Francisco Maciel Silveira Filho  
Universidades Mackenzie e Salesiana

**PALAVRAS-CHAVE:** RELAÇÕES DE GÊNERO, SEXUALIDADE, MASCULINIDADE, FEMINISMO E FEMINILIDADE.  
**KEYWORDS:** GENDER RELATIONS, SEXUALITY, MASCULINITY, FEMINISM AND FEMININITY.

## INTRODUÇÃO

Discutir as multiplicidades possíveis para as configurações das relações de gênero e as suas construções pautadas pela igualdade corresponde a detalhar as formas através das quais estas relações se construíram paulatinamente entre indivíduos em diferentes épocas e contextos culturais, sociais, históricos e políticos, afirmando-se e reafirmando-se, via variada gama de práticas discursivas. Entendemos que, para a construção de um trabalho sobre o a igualdade destas relações não poderíamos caminhar sem que localizássemos em qual campo se encontram as discussões relativas a essa temática, partindo do pressuposto que o estudo de tais relações corresponde a tarefa árdua, na medida em que esse assunto se trata de “tema de recente e difícil introdução nas ciências sociais, porque de difícil introdução na própria vida social” (Almeida, 2000:130).

Mais do que debater casos especiais e isolados de homens e mulheres em situações específicas, tentaremos compreender tais relações dentro de uma estrutura maior, histórica e discursiva, que foi sendo reforçada a cada nova representação. Para tanto, acreditamos

ser fundamental discorrer sobre alguns dos fatores que fizeram com que esse panorama se configurasse do modo como o visualizamos hoje. Neste percurso, amparados em autores cujo enfoque é eminentemente sócio-histórico, caminharemos ao lado de, dentre outros, Foucault, Margaret Mead, Judith Butler, Weeks e Badinter, para nos determos somente em alguns dos muitos escritores que tanto tem contribuído para a igualdade na diferença.

Para a compreensão histórica do modo como as relações de gênero foram se construindo e se afirmando, o que as fez ocuparem um lugar que antes era atribuído ao conceito de papéis sexuais (considerado como tudo aquilo que o indivíduo faz como forma de indicar para si e para os outros em que grau se é homem ou mulher), buscaremos auxílio na Revolução dos Sentimentos, no movimento feminista (com todas as evoluções que decorreram de suas conquistas e reflexões), nos demais movimentos das ditas minorias e nas diferenciações entre o que se considerou como próprio do universo masculino e do feminino, sempre via construção discursiva, amparando-nos, para tanto em uma perspectiva construcionista na qual “a sexualidade é construída de forma diferente através das culturas e do tempo” (Parker, 2001: 128).

Com os avanços promovidos na esfera da sexualidade humana em virtude dos estudos relacionados às relações de gênero, passou-se da concepção de que tais relações fossem algo da ordem do “natural”, ou seja, determinadas biologicamente, para se admitir uma interface entre os conceitos de gênero (concebido como uma construção sócio-histórica que acaba por estabelecer uma diferenciação social entre homens e mulheres), de sexo (usado em nosso trabalho sob o prisma morfológico e considerado para determinar as diferenças anatômicas básicas, internas e externas ao corpo, diferenciando homens e mulheres) e os demais aspectos componentes da identidade humana, entendida como um processo constante de vir a ser. Passamos de uma construção puramente “essencialista” da sexualidade humana para uma forma de construcionismo social a partir do qual ampliamos nossa compreensão do assunto, evoluindo rumo à compreensão de que masculino e feminino são dois lados possíveis de uma mesma moeda, construções discursivas a serviço de um poder que durante muito tempo esteve restrito às mãos masculinas em detrimento da realidade e da liberdade feminina.

## **1. O VIR A SER: A EVOLUÇÃO DOS CONCEITOS DE SEXO, GÊNERO E SEXUALIDADE**

Enriquecendo nosso entendimento, segundo Heilborn (2004: 19), o conceito de gênero teria como significado “a dimensão dos atributos culturais alocados a cada um dos sexos em contraste com a dimensão anatomofisiológica dos seres humanos”:

A expressão assinala o que vem sendo cunhado como perspectiva construcionista em oposição a uma postura essencialista, que poderia ser imputada, por exemplo, ao termo de papéis sexuais. O conceito privilegia a dimensão de escolha cultural, pretendendo descartar alusões a um ativismo biológico para explicar as feições que o feminino e o masculino assumem em múltiplas culturas. (Heilborn, 2004: 19)

Mas é muito importante que em nosso percurso descolemos as associações automáticas entre sexo e gênero, ampliando nosso entendimento sobre a temática que nos interessa, no caso, a das relações de gênero. Como nos comunica Parker,

É importante observar que, dadas as crenças populares ocidentais sobre a relação unidimensional entre sexo e gênero, esse modelo frequentemente funde a sexualidade com o gênero, ao mesmo tempo em que obscurece a questão das relações de gênero dentro do tópico mais amplo da sexualidade. (Parker, 2001: 128)

Na medida em que produzem e são produzidos pela realidade circundante, valores e crenças daquilo que corresponde a ser masculino e feminino em dado contexto cultural e social são criados e reforçados a cada nova repetição que pressupõe necessariamente uma intermediação subjetiva de quem a realiza, conforme aponta Weeks,

Nossas definições, convenções, crenças, identidades e comportamentos sexuais não são o resultado de uma simples evolução, como se tivessem sido causados por algum fenômeno natural: eles têm sido modelados no interior de relações definidas de poder. (Weeks, 2001: 42)

No momento em que surgem, os estudos das relações de gênero buscam dar uma maleabilidade ao conceito de papéis sexuais usado até então e passam a se deter na forma como os encontros entre os seres humanos vão se construindo de forma articulada aos discursos de poder praticados ao longo dos tempos e sociedades nos quais são estruturados. Mais do que estudar aspectos atinentes ao sexo morfológico, embora acreditemos que essas informações nos possam ser úteis, na medida em que nos fornecem bases daquilo que já foi produzido e pensado primariamente sobre as distinções entre masculino e feminino, tais estudos visam à compreensão e à apreensão de todos os elementos e mecanismos que compõem e constroem as representações de masculino e feminino em cada tempo e cultura, aqui incluídos, sobremaneira, os discursos de poder que tanto fundamentam essas relações. Vejamos o que diz Magalhães sobre o tema:

A história da desigualdade entre os sexos não se constituiu em razão da “vontade dos homens contra as mulheres”; ela se instaurou e perpetuou num processo social no qual homens e mulheres foram cúmplices ao se identificarem com as representações sociais de papéis propostos. (Magaalhães, 2001: 173)

Para que todos pudéssemos perceber a necessidade de empreendermos estudos relativos às relações de gênero, foram precisos que se iniciassem os movimentos de liberação das mulheres, surgidos na década de sessenta, período no qual foi desenvolvido o conceito de gênero aplicado aos estudos feministas no âmbito Acadêmico. Nesse período passam a ser desenvolvidas pesquisas que permitiram que as questões relativas aos universos masculino e feminino fossem tratadas sob a óptica de uma compreensão sócio-histórica.

A desigualdade entre homens e mulheres ao longo da história do ocidente configurou-se em um cenário de discriminação e descaso quanto às questões, os comportamentos e a subjetividade feminina, em virtude dessa história ter sido contada, em sua maioria, por homens, sob o prisma masculino. Desvendar e traduzir o universo feminino a partir de um olhar e de uma concepção de mundo masculina implicaram um distanciamento da subjetividade feminina que deturpou a compreensão de uma realidade que, embora construída no encontro, é portadora de particularidades muito específicas que só se desvelam tendo como paradigmas a realidade e a história das próprias mulheres. A óptica e a subjetividade masculina tentando traduzir o universo feminino geraram um olhar androcêntrico que tentou se apropriar, a partir de um ponto externo, daquilo que não constitui parte integrante da sua realidade e do seu cotidiano.

Como bem nos alerta Almeida (2000: 82), é importantíssimo que se desvende e contextualize o cenário no qual o discurso que amparou a sexualidade humana se construiu e reforçou. Segundo o autor “É o acto discursivo global que tem que ser analisado: quem fala sobre isso, os lugares e os pontos de vista a partir dos quais se fala, as instituições que incitam e difundem o que se diz”.

No curso das lutas travadas no processo de constituição das relações de gênero, masculino e feminino foram colocados como forças opostas, separadas por uma constante tensão que pouco lhes permitiu achar pontos de conexão. Como é posto que todos os seres humanos se posicionem em um dos lados estipulados como possíveis dentro da esfera sexual, masculino e feminino se tornaram as únicas opções diante das quais homens e mulheres puderam se adequar. Melhor, para o seu bem, que os primeiros consigam se enquadrar aos moldes da masculinidade e as mulheres aos grilhões da feminilidade. Como é preciso escolher a qual campo se filiar, as diferentes sociedades criaram histórias e relatos que jus-

tificaram a escolha “correta” para cada um dos sexos. Mas mesmo que as possibilidades para cada um já estejam traçadas, não há como se evitar que as pessoas se questionem, indagando-se quanto a essa filiação a uma categoria pré-estabelecida. Como nos alerta a teórica *queer* Judith Butler em seu livro *Problemas de Gênero* (2003), o ser humano que se torna mulher não precisa ser necessariamente mulher. O mesmo se pode dizer dos homens, segundo uma concepção para a qual se atribuem aos indivíduos papéis masculinos e femininos, todos eles revestidos e carregados de ideologias e graus de importância quanto a sua representação.

Como bem defende Ciampa,

Cada indivíduo reconhece no outro um ser humano e é assim reconhecido por ele - sozinhos certamente não podemos ver reconhecida nossa humanidade, conseqüentemente não nos reconhecemos como humanos. (Ciampa, 1987: 38)

Dessa forma, a diferença entre homens e mulheres é uma realidade que não pode ser minimizada ou renegada, mas que em nossa opinião não deve ser tomada como uma verdade incontestável que acabe por nos predestinar de forma inexorável. A questão da diferença sexual deve sempre ser analisada sob um aspecto mais amplo que envolva as questões culturais, raciais, educacionais, regionais e sociais que se interligam. Em nosso entendimento e baseados em nossa experiência, muitas vezes há mais similitudes entre homens e mulheres que sejam de mesma classe, cultura, religião e raça, do que entre duas mulheres que tenham todos esses aspectos divergentes.

Partir para generalizações em qualquer campo, incluído e reforçado o campo das ciências sociais, é incidir em uma grande chance de cometermos equívocos e injustiças, afinal, arriscar dizer que homens e mulheres são diferentes e que todas as mulheres são iguais e que passam pelos mesmos problemas das demais mulheres, sem levar em consideração o ambiente, a cultura, o tempo histórico, as condições individuais de vida e os demais aspectos intrínsecos a todas as histórias humanas coletivas, corresponde a navegar por águas bastante tortuosas.

Como podemos perceber, não devemos perder de vista que identidades são necessariamente construídas no encontro de umas com as outras, intercambiando-se a todos os momentos, não devendo ser imaginadas como compartimentos estanques. E também não nos esqueçamos que para Berger e Luckmann (1985, :71) o “tornar-se homem efetua-se na correlação com o ambiente”. Ainda para os autores,

O ser humano em desenvolvimento não somente se correlaciona com um ambiente natural particular, mas também com uma ordem cultural e social específica, que é mediatizada para ele pelos outros significativos que o têm a seu cargo. (Berger; Luckmann, 1985: 71)

A consciência que a pessoa cria de si vem da percepção da impossibilidade de ocupação de um lugar que não se enquadra à sua raça, sexo ou classe social. Quando a pessoa se interroga a respeito de sua identidade, necessariamente acaba por abrir uma brecha para a aquisição da consciência sobre si mesma, libertação que poderá permitir um processo de autoconhecimento importante para a tomada de posse dessa identidade. Não a identidade que lhe foi ditada, mas aquela que pode vir a ser construída do jogo que decorre das imposições sociais e culturais *versus* as possibilidades descobertas em virtude do processo de autoconhecimento.

Para Foucault (apud Nolasco, 2001: 164-165) quando o assunto é relação de gênero, a base sobre a qual se constroem as identidades é o processo social, cultural e político de “vir a ser”, no qual as individualidades são produtos do poder e do saber. Para ele o sujeito é sempre um conjunto de variáveis do enunciado.

É preciso que se considere que existem muitas e conflitantes formas de se definir e viver a feminilidade e a masculinidade; “o existir humanamente não está garantido por uma mudança que se dá naturalmente, mecanicamente”, exatamente porque o homem é história (Ciampa, 1987: 185).

A cultura produz sentidos múltiplos e nem sempre convergentes de masculinidade e feminilidade, tornando-se necessário admitir que essa construção se expressa pela articulação do gênero com outras “marcas” sociais, tais como classe, raça, sexualidade, geração, religião e nacionalidade.

Construímos e somos constituídos por meio das relações sociais e culturais às quais nos vinculamos, considerando-se estes os meios através dos quais as identidades sociais se definem. Segundo Ciampa,

Através da articulação de igualdades (equivalências de fato) e diferenças, cada posição minha me determina, fazendo com que minha existência concreta seja a unidade da multiplicidade, que se realiza pelo desenvolvimento dessas determinações. (Ciampa, 1987: 170).

A noção de gênero e suas articulações com as demais marcas identitárias com as quais se relaciona só se fizeram possíveis em decorrência do interesse pelas questões relativas ao universo feminino iniciado pelos estudos antropológicos relativos à família e seu importante papel enquanto célula fundamental para a formação social. Em seguida, os estudos sobre

as “mentalidades comuns”, voltados para o conhecimento das categorias sociais e das conjunturas econômicas e os “estudos sobre as minorias de todas as espécies” acabaram por contribuir para a reflexão e para a discussão das necessidades e das questões femininas (Duby e Perrot apud Magalhães, 2001: 32). Como reforça Almeida acerca do assunto,

Sem o surto dos estudos das mulheres (*women's studies*) e, em especial, da teoria feminista em antropologia e da teoria crítica levada a cabo pelo movimento *gay*, nunca se teria posto sequer a questão de abordar a masculinidade. (Almeida, 2000: 130)

## 2. A IMPORTÂNCIA DE MEAD PARA OS ESTUDOS DE GÊNERO

Entretanto, antes que enfoquemos o movimento feminista, seus avanços e suas contribuições para as questões de gênero, acreditamos ser bastante relevante mencionar o trabalho realizado por uma importante figura no campo antropológico e que muito contribuiu com um rico material de pesquisa que nos permitiu iniciar reflexões posteriormente aprofundadas por outros estudiosos. Falamos de Margaret Mead e de sua obra: *Sexo e Temperamento* (1962), conforme introduz Almeida,

A partir de Mead, a antropologia estava pronta para o salto qualitativo do feminismo. Assim como as sociedades ocidentais que a produzem estavam prontas para uma radical reformulação dos gêneros. O Antigo Regime Sexual acaba com décadas de atraso em relação às suas vertentes social, econômica e política. (Almeida, 2000: 104)

Baseados no fato de que diferentes culturas sexuais organizam diferentes desigualdades sexuais, amparadas que estão em suas expectativas e parâmetros, tais regras acabam por impor limitações e condicionamentos ao desenvolvimento e às potencialidades sexuais dos indivíduos, engessando-os nos modelos sexualmente aceitos por suas culturas.

Assim, como nos ensina a autora em seu livro *Sexo e Temperamento*,

A existência numa dada sociedade de uma dicotomia de personalidade determinada pelo sexo, limitada pelo sexo, pune em maior ou menor grau todo o indivíduo que nasce em seu âmbito. Aqueles indivíduos cujos temperamentos são indubitavelmente anômalos não conseguem ajustar-se aos padrões aceitos, e pela sua própria presença, pela anormalidade de suas respostas, confundem aqueles cujos temperamentos são os esperados para o seu sexo. Dessa forma, é plantado, em praticamente todo o espírito, um germe de dúvida, de ansiedade, que interfere com o curso normal da vida. (Mead, 1962: 290)

Desse modo, qualquer sociedade que acaba por especializar seus tipos de personalidade pelo sexo morfológico, está criando um desajuste da pior espécie. Há assim, centenas de traços dos mais diversos tipos que culturalmente acabaram por ser especializados como sendo de um dado sexo, limitando sobremaneira as potencialidades humanas. Se as metas impostas culturalmente para um sexo não podem ser atingidas por um membro desse mesmo sexo, inicia-se um processo de angústia caracterizado pela perturbação de sua vida psico-sexual.

Conseqüentemente, seguindo a linha de raciocínio apresentada por Mead, a maioria dos traços humanos em nosso grupo cultural foi socialmente especificada como comportamentos e atitudes de um único sexo em detrimento do outro. Disso decorre a falsa idéia de que o comportamento socialmente imposto é natural a um sexo e inatural ao outro, criando seres desajustados quanto às suas sexualidades.

Ainda, segundo Mead,

As padronizadas diferenças de personalidade entre os sexos são desta ordem, criações culturais às quais cada geração, masculina e feminina, é treinada a conformar-se. Persiste, entretanto o problema da origem dessas diferenças socialmente padronizadas. (Mead, 1962: 269)

Somam-se aos fatores apresentados, a falta de correspondência entre o verdadeiro temperamento dos indivíduos, independentemente dos seus sexos morfológicos e o papel que a cultura lhes atribui em decorrência desse mesmo sexo, penalizando com a pecha do desajuste todos aqueles que não “nasceram” ou não desenvolveram o temperamento e as conseqüentes condutas esperadas para o seu sexo morfológico. Em prol de uma desejada manutenção da ordem social, são produzidas personalidades socialmente compatíveis com os modelos esperados, valendo-se, para tanto, da incrível capacidade da natureza humana de ser maleável, respondendo adequadamente às mais diversas condições culturais impostas.

Tais constatações nos permitem verificar que as potencialidades rotuladas por diferentes sociedades como sendo propriamente masculinas ou femininas, são potencialidades de alguns membros de cada sexo, não sendo de maneira alguma ligadas propriamente ao sexo morfológico em questão, mas a um grupo específico de pessoas que as possui e as dissemina, fazendo crer aos demais que tal conexão é natural. Tal processo acaba por ser o responsável pelo sentimento de deslocamento dos mesmos na sociedade no que tange às suas potencialidades e escolhas.

Verifica-se que o modo como os gêneros são inscritos e se materializam nos corpos, expressam, no concreto, uma construção que é fruto de vários aspectos interligados pelas práticas discursivas e que seguem sempre os padrões da cultura na qual estão contextua-

lizados. O mesmo se aplica à sexualidade no que concerne aos desejos e prazeres, sendo as identidades de gênero formatadas pelas redes de poder e conveniências da sociedade nas quais estão inscritas.

Em relação à masculinidade, todas as características atribuídas aos homens, são, de fato, possibilidades para ambos os sexos. Ao exaltá-las e segregá-las como exclusividade dos homens, alienamos as mulheres desse universo de potencialidades, como também sobrecarregamos os homens de pesos aos quais eles devem se moldar e conformar sob pena de não serem considerados homens, tal qual se espera deles. O mesmo pode ser dito relativamente às mulheres e àquilo que delas é esperado, conforme aponta Almeida,

Na prática do cotidiano, as coisas não são tão rígidas: masculinidade e feminilidade são vividas enquanto conjuntos de qualidades que podem verificar-se no campo sexual oposto. Assim, é reconhecido que um homem pode ter certos comportamentos, emoções ou actividades “femininas” e vice-versa. (2000: 60)

Compondo uma rede tecida por múltiplas teias, a sexualidade e as relações de gênero são constituintes e constituídas pelas relações sociais, não se concebendo a primeira de forma descontextualizada da segunda. Falar em sexualidade é falar, necessariamente, em questões morais, sociais, legais, históricas, políticas, econômicas, antropológicas e sociológicas, daí a necessidade de ampliarmos nossas discussões para muito além dos aspectos biológicos e psicológicos. Concebida como algo mutável, quanto mais desvinculada estiver dos enquadramentos e limites morais e sociais, maior será sua chance de ser plena e bem resolvida.

Variando de sociedade para sociedade, múltiplas noções e condutas foram validadas por diferentes povos em diferentes momentos de sua história. Dessa forma, se em nossa cultura patriarcal a prática heterossexual é regra através da qual todas as demais condutas se estruturam, entre os *nuers* do Sudão, mulheres podem se casar com uma ou mais mulheres, pagando-lhes um preço em cabeças de gado. A mulher que “compra” as demais será tida como “chefe” da relação, sendo considerada o “pai” dos filhos que venham a ser fecundados nas relações sexuais entre suas mulheres e os homens que venham a ser pagos para fecundá-las. Neste exemplo temos a noção de um povo para o qual a heterossexualidade não é uma regra, do mesmo modo que também não o são a monogamia e a soberania masculina sobre a feminina. Trata-se de um caso de subversão completa aos moldes aos quais estamos acostumados e que nos têm norteado ao longo da história da sexualidade.

Quando temos toda uma cultura atrelada aos valores atribuídos na modernidade ao casamento, à monogamia, à heterossexualidade e à procriação como formas de orienta-

ção da conduta dos seres humanos, todas as práticas e vivências que fogem a essa regra instituída compulsoriamente se tornam práticas discriminadas, recriminadas e proibidas, resultando na constituição de mitos e tabus limitadores das possibilidades que poderiam ser exploradas pela sexualidade humana e que são repostos a cada nova apresentação discursiva.

As diferentes formas de enxergar um mesmo fenômeno em decorrência da sociedade na qual ele é codificado nos fornece uma amostra de como cada atitude ou comportamento pode ser investido de valores aos quais se atribui uma carga mais ou menos masculina, reforçando-se o peso da contribuição cultural nesse processo. Assim podemos considerar, como nos propõe Almeida (2000: 139) que “A interpretação do gênero como um sistema de símbolos e significados influenciadores e influenciados de e por práticas e experiências culturais”.

Assim, ainda segundo Mead, todas as representações do masculino e do feminino estão intrinsecamente atreladas aos contextos sociais, culturais e subjetivos nos quais os indivíduos estão inseridos, verificando-se que o gênero não pode ser reduzido a um fator meramente biológico.

Todos os seres humanos, tomados por suas dimensões biológicas, devem ser submetidos ainda a um processo de socialização sexual, no qual noções definidas do que seja ser masculino ou feminino já estão culturalmente construídas no curso da história. Por meio deste processo é que os indivíduos aprendem os sentimentos, os desejos e as práticas sexuais típicas de seu ambiente, bem como, as possíveis alternativas e possibilidades sexuais (Parker, 2001: 135).

Como já detalhamos, conclui Mead (1962: 285) em seus estudos acerca das tribos indígenas americanas que os temperamentos reputados como naturais a um sexo são meras variações do temperamento humano, passíveis de existência aos membros de ambos os sexos em maior ou menor intensidade dependendo do interesse social pela sua aquisição em virtude do objetivo social pretendido para tanto.

Corroborando o que Mead já nos havia dito na metade do século XX, M d'Épinay, amiga de Diderot, na primeira metade do século XVIII já adiantava que os dois sexos, masculino e feminino, são suscetíveis dos mesmos defeitos, virtudes e vícios, alertando-nos que nenhum de nós nasce homem ou mulher. Tornamo-nos homens ou mulheres ao longo de nossa jornada, reforçando uma idéia difundida futuramente de que as características masculinas e femininas tidas como naturalizadas, de fato não o são. Para ela, a sociedade e a educação que dela decorre, são as propulsoras de uma diferenciação que ainda levaria muitos anos para ser desmistificada. Não podemos deixar de exaltar a percepção de M d'Épinay quanto ao fato de conceber a identidade como um processo constante do vir a ser, tal qual futuramente viriam a defender muito apropriadamente Berger e Luckmann

em seus estudos nos quais propõe que a realidade é socialmente construída, centrando-se mais detidamente no conhecimento que advém do senso comum, que corresponde ao conhecimento que decorre da realidade e que é utilizado para configurar o tecido de significados sem os quais uma sociedade não pode existir (Diderot apud Badinter, 1986: 176).

Depreende-se do exposto que Margaret Mead foi uma das responsáveis pelo surgimento do conceito de papéis sexuais, tidos como sendo os comportamentos e as atitudes responsáveis por diferenciar o que seria próprio dos homens ou das mulheres em diferentes sociedades, tendo como base de distinção a biologia que acabou por criar uma noção daquilo que seria tido como naturalmente masculino ou feminino. Mas a necessidade de se ampliar esse universo de discussão fez com que a idéia de papéis sexuais cedesse lugar ao conceito de gênero (que corresponde aos significados culturais, traços, atitudes e comportamentos assumidos pelo corpo sexuado e que são construídos em um processo discursivo sócio-histórico), impulsionado pelos trabalhos feministas que objetivaram desmistificar a noção de imutabilidade e naturalidade dos papéis sexuais concebidos como regra até então.

### 3. O FEMINISMO E A REVOLUÇÃO DOS SENTIMENTOS

Como já detectamos, os estudos que desembocaram no movimento feminista e que permitiram que o conceito de papéis sexuais avançasse para o conceito de gênero, contribuíram muito para o nosso entendimento das representações ligadas às questões de gênero e da situação feminina quando confrontada à pseudo fragilidade, menos valia e submissão atribuídas às mulheres, vistas em vários momentos da nossa história moderna como uma categoria monolítica e indistinta. Nada mais adequado para a compreensão desse cenário do que uma digressão histórica que nos permita melhor compreendê-lo.

Podemos considerar como marco do feminismo, movimento que buscou a reparação dos direitos femininos, separando a sexualidade da reprodução, a obra *O segundo sexo* (1949) da intelectual existencialista Simone de Beauvoir que se destacou por defender uma posição feminina contrária àquela construída a partir da era industrial. Para a autora, contemporânea de Mead, o ser homem ou o ser mulher corresponde a uma construção social e cultural que vai muito além do biológico que caracteriza e determina seres humanos e que como tal pode ser passível de mudanças. Segundo Magalhães, “mulher e homem correspondem ao desempenho de papéis apontados na sociedade como masculinos e femininos” (Magalhães, 2001: 51).

Já é clássica a afirmação de Simone de Beauvoir quanto ao fato de as mulheres não nascerem mulheres. Elas se tornam mulheres e o fazem tendo por espelho outras mulheres,

o que nos dá a medida de quanto as relações de gênero não se constituem isoladamente, deslocadas das intersecções providas por inúmeras variantes presentes em dado contexto cultural. Seguindo essa linha de raciocínio, o mesmo se pode dizer dos homens. Essa frase nos dá a noção que, mais do que “corpos” somos agentes sociais em constante interação com o macrocosmo, que nos permite ser ou não o que desejarmos, na medida em que masculino e feminino estão sujeitos a um eterno processo de intervenções e re-significações, atreladas à reciprocidade dos sexos.

Identificar as mulheres como mais próximas da Natureza, como fizeram os filósofos iluministas, amparando-se, para tanto, em seu papel fisiológico atrelado ao sexo e à maternidade significava diminuí-las, colocá-las, de certa maneira, aquém do Humano, monopolizado pelos homens, situando-as em um plano inferior de desenvolvimento, o que justificaria a necessidade de sua tutela e controle (Almeida, 2000: 84). O lugar inferior ocupado pelas mulheres na relação com os homens teve, ao mesmo tempo, como causa e efeito, numa circularidade perfeita, a identificação por todos (até pelas próprias mulheres) do Feminismo como uma animalização, com a atração descontrolada pelo prazer, ameaçando o princípio da realidade que, supostamente, funda a civilização do viés do controle instintual e do primado da razão (Oliveira, 1993: 16). Ainda conforme Almeida,

As emoções e a sua expressão são tidas como pertencendo ao mundo do feminino. A esse mundo de emoções ao mesmo tempo fraco e potencialmente perigoso. Aos homens resta a bravata e a manutenção da honra e do prestígio, que assentam, antes de tudo o mais, na capacidade de serem (e se fazerem) homens- uma categoria moral. (Almeida, 2000: 220)

O feminismo, em linhas gerais, contestou a naturalização das idéias de que pelo simples fato de nascer mulher, os seres do sexo feminino seriam mais frágeis, situação que favoreceria a adesão feminina ao ambiente doméstico e que acabaria por levar à desqualificação desse mesmo trabalho (relativamente às demais modalidades profissionais) quando confrontado à produção de capital. O confinamento feminino em seus lares também corroborou a idéia de que tal adequação ao espaço privado ajudaria na criação e na educação dos filhos, tarefa sempre associada ao mundo feminino e que acabou por estigmatizar as mulheres no papel de reprodutoras.

Segundo Rocha-Coutinho (apud Magalhães, 2001: 62) até o século XVIII, as mulheres não eram vistas como fracas e sua participação na produção econômica familiar não se opunha ao cuidado com os filhos, o que lhes permitia conciliar as esferas econômica e familiar simultaneamente. Com a revolução industrial modificaram-se os modos e mode-

los de produção, afastando-se as mulheres das atividades econômicas. Demarcou-se claramente o espaço da casa e o espaço do trabalho, cada um deles relegado a um dos sexos.

Segundo relata Almeida, sobre a obra *Origem da Família* (1976) de Engels, tratado que discorreu sobre a situação feminina em um panorama no qual o autor contrastou as sociedades de classe e as sociedades sem classes:

Na ausência da sociedade privada, o trabalho produtivo dos homens e o trabalho caseiro das mulheres tinham igual significado social. Apenas se dedicavam a diferentes estádios da produção de um mesmo tipo de bens – a subsistência –, sendo tudo produção para uso. A propriedade privada fez do seu dono o senhor da casa, com dependentes que funcionavam para aumentar a propriedade daquele, e até o trabalho reprodutivo das mulheres passou de social a privado. (2000: 97)

Para Oliveira (1993: 42-43), o ingresso das mulheres no universo do trabalho assalariado não foi uma escolha feminina que tenha se traduzido em maior bem estar e satisfação a elas. Ao contrário, uma vez empregadas em fábricas, viram-se desempenhando os trabalhos mais penosos e mal pagos, exploração capitalista que empurrou o grupo das mulheres assalariadas rumo aos movimentos sindicais, mesmo que contrariamente à vontade masculina para a qual essas empregadas corresponderiam a grupos de trabalho baratos e desorganizados. Depreende-se disso que a Revolução Industrial tenha contribuído, sobremaneira, para separar os universos públicos e privados para as mulheres, além de confrontá-las com os mesmos problemas capitalistas enfrentados pelos homens que já vinham empreendendo jornadas desumanas. A autora nos assevera que,

A entrada maciça de mulheres instruídas no mercado de trabalho e a desvalorização da vida no lar contribuirão fortemente para apagar a fronteira entre o privado e o público, entre o feminino e o masculino, e para quebrar a antiga identidade feminina, centrada na idéia da mulher que se realiza nos fazeres e saberes da casa. (Oliveira, 1993: 46)

Se as mulheres passam a ser consideradas frágeis, nada mais adequado do que protegê-las, papel atribuído aos homens. Apartadas do convívio social e da produção industrial e submetidas à proteção masculina, as mulheres passaram a se ver como alienadas de si mesmas, de suas histórias e criações. Alheias a seus anseios, necessidades e direitos, tornaram-se massa fácil de modelar em mãos estrangeiras. Entretanto, é imprescindível esclarecer que mais do que dominadas pelos homens, discurso que incorre na vitimização feminina, “a mulher a partir da Modernidade se encontra dominada não pelos homens propriamente ditos mas, através deles, pela ordem social” (Magalhães, 2001: 69).

Questões relacionadas aos direitos civis, sexuais, profissionais e sociais das mulheres passaram a ser discutidos com o objetivo de quebrar paradigmas considerados obsoletos quanto à história feminina.

Segundo Magalhães,

Independente da condição social de que somos oriundas, das condições de aprendizagem a que nos submetemos, a função supracitada nos é delegada e transmitida no cotidiano de nossa formação. Paralelamente, construiu-se uma representação da mulher como “naturalmente” ao homem – o sexo frágil – destinada exclusivamente à vida doméstica, esta considerada como o meio de realização plena da condição feminina. (Magalhães, 2001: 54)

Podemos destacar como sendo o primeiro marco decorrente do movimento feminista a defesa da tese de que entre homens e mulheres não haveria diferenças determinadas pelo sexo morfológico e que derrubadas todas as formas de dominação masculina, cairiam, automaticamente, todas as diferenças construídas entre os sexos. Passou-se, dessa forma, da inferioridade que desvaloriza para a igualdade que desconsiderava peculiaridades. Entretanto, o calcanhar de Aquiles dessa concepção se encontrava no fato de depositar nas relações de poder todas as causas da opressão feminina, esquecendo de levar em consideração as condições de existência das mulheres construídas por elas mesmas no seu encontro com outros seres humanos e com o meio circundante (Yannoulas apud Magalhães, 2001: 34).

Como uma decorrência desse primeiro momento feminista, advém uma segunda fase calcada na defesa de um discurso que prega a diferença radical entre os sexos e a existência de uma “essência ou natureza feminina”. Se em um primeiro momento a pretensão feminista era a de igualar os sexos, em uma segunda etapa surge a intenção de “feminilizar o mundo”, segundo palavras de Rosiska Oliveira (apud Magalhães, 2001:35).

Se o feminismo teve a intenção de diminuir o fosso de distanciamento entre homens e mulheres, intento alcançado com sucesso, por outro lado também conseguiu reforçar os ideais capitalistas, na medida em que desqualificou toda a produção feminina que não tivesse por objetivo o lucro monetário. Essa alienação que pretende naturalizar tudo o que é fruto de construções sociais, promoveu uma falta de identificação feminina relativamente a tudo o que havia sido feito até então na esfera privada de suas vidas.

Novamente se desconsidera a subjetividade humana construída no encontro entre seres de diferentes sexos, tentando-se estipular uma verdade que se pretenda universal quanto à opressão masculina e à necessidade de distinção da subjetividade feminina. Como muito do que caracterizou o cotidiano feminino foi desvalorizado e desqualificado,

como a maternidade e o cuidado com a família, muitas mulheres se viram confusas e sem identidades. Aquilo que até então era regra passou a ser exceção. As mulheres tiveram que preservar o cuidado com a casa e a família, acrescentando-se agora o universo de trabalho e produtividade calcado do modelo masculino, repetindo atávica e impensadamente padrões que, ao invés de lhes acrescentar, desnorteava-lhes. Afastadas de suas histórias, rotinas e conquistas, foram desqualificadas enquanto sujeitos responsáveis pela criação de seus próprios caminhos.

Oliveira (1993: 102) aponta que “ao submeterem a gratuidade do universo afetivo e familiar à lógica do mercado, as mulheres tentaram fazer reconhecer pelos homens, com a linguagem do seu mundo, que o que elas fazem e vivem tem valor”. Decalcando o universo masculino, as mulheres iludiram-se acreditando que a reprodução do modelo masculino vigente seria suficiente para equipará-las aos homens. Desconsideraram, assim, tudo aquilo que sempre as diferenciou como o trabalho executado no universo doméstico, desqualificando suas descobertas e conquistas na ilusão de que ser igual significaria ser melhor.

Segundo nos adverte Sílvia Yannoulas (apud Magalhães, 2001: 35), essa perspectiva, ao mesmo tempo em que evitou a simples assimilação feminina pelo universo masculino, gerou argumentos que embasaram a discriminação de um sexo pelo outro.

Quando se afirma que a mulher é o “Outro”, Magalhães (2001: 36) defende bastante bem a idéia de que há uma identidade feminina que se contrapõe ao poder patriarcal que durante séculos orientou essa submissão.

No início da década de setenta, estudiosas feministas anglo-saxônicas começam a utilizar em seus estudos o termo *gender*, traduzido em português para gênero, buscando com tal conceituação romper a noção de que a equivalência entre certo gênero e determinado sexo morfológico, dar-se-ia por determinações biológicas, quando, na verdade, tal equação viria muito mais no caminho da perpetuação de discursos construídos social e historicamente, na tentativa de justificar e reforçar diferenças e desigualdades levantadas entre homens e mulheres em função da sua anatomia.

Muitas feministas afirmaram ao longo de seus discursos que o gênero é uma interpretação e uma construção cultural do sexo morfológico, sendo compreendido como um conceito que atravessa as sociedades históricas, refletindo conflitos entre homens e mulheres, mesclando aspectos biológicos, históricos, sociais, culturais e religiosos.

Em virtude de tudo o que se produziu acerca da diferença entre os sexos, surge em meados da década de oitenta o conceito de relações de gênero, que, segundo Heilborn (apud Magalhães, 2001: 37), corresponde à “distinção entre atributos culturais alocados a cada um dos sexos e a dimensão biológica dos seres humanos”.

Tendo o cuidado de incluir as mulheres no modelo através do qual as relações de gênero foram se construindo, temos a afirmação de Rodrigues (1978: 24) para quem “a mulher é cúmplice involuntária de sua situação, não porque aceite explicitamente o domínio do outro sexo, mas pelo conjunto de representações e práticas, já transfiguradas pela ordem cultural, que expressa e defende”.

Como nos adverte Magalhães (2001: 95), todas as representações que acabaram por inferiorizar as mulheres no curso da história, desconsideraram suas produções, desmereceram seus discursos e o trabalho doméstico, estigmatizado como mero objeto de consumo e de pouca valia.

As mulheres inseridas em um universo de privação no conjunto de suas relações sociais, desenvolveram atividades que transformaram essas relações. Para tanto, produziram elementos para a própria sobrevivência e para as representações de si e do seu grupo social. Também acabaram por transformar a realidade que as cercava e foram por elas sendo transformadas. Porém, não foram reconhecidas como sujeitos da história, em razão do ocultamento do universo a elas designado, invisibilidade que também se fez presente pela ausência do discurso que expressaria essa atividade, o qual, a partir das tradições gregas, só ocorre no espaço entendido como público (Magalhães, 2001: 93).

Foucault corrobora as idéias apresentadas acima na medida em que nos adverte que as relações se dão no encontro e na reposição das situações vividas entre os dominadores e os dominados. O feminismo, entretanto, não conseguiu enxergar que as mulheres contribuíram com seus comportamentos e atitudes de distanciamento para a configuração de um cenário de exclusão e menos valia. Mais do que vítimas foram co-responsáveis por uma realidade de desigualdade. Alijar as mulheres da responsabilidade pelo local no qual se encontraram é corroborar uma visão dicotômica dos sexos que pretendemos inequívoca e ultrapassada. Ademais, relegar esse espaço às mulheres corresponderia a negá-las enquanto sujeitos ativamente participantes na construção das relações de gênero.

Na esteira dos estudos de gênero surge a terceira etapa do movimento feminista que se encarregou de difundir e exaltar as diferenças próprias do humano, reconhecendo que o feminino e o masculino se constroem no encontro das relações vividas em seus meios, tendo como paradigma para tanto as particularidades de cada história, período e cultura na qual estão inseridas.

Desse modo, embora o feminismo tenha sido de grande importância para o avanço da condição feminina, para muitos estudiosos apresenta um viés, que é o de buscar a igualdade entre os sexos, em pontos nos quais a igualdade muitas vezes nem é necessária,

esquecendo-se, por outro lado, de tornar mais harmônicas e justas as relações entre os sexos, respeitando-se as peculiaridades e particularidades de cada universo.

Oliveira (1993: 71-74) aponta que o movimento feminista se configurou por contestar o senso comum. Se já no final do século XIX se caracteriza pela tentativa de comprovação feminina de que as mulheres seriam iguais aos homens e que, portanto, poderiam fazer o mesmo que eles, a partir dos anos setenta do século passado, as mulheres passam a defender o fato de que, além de não serem inferiores, seriam diferentes e não iguais aos homens. Desta mudança decorre que o feminismo da igualdade, nas palavras da autora, passa a dar lugar ao feminismo da diferença, considerando-se a igualdade como sendo a aceitação das diferenças sem que haja hierarquias.

Segundo Oliveira (1993: 73), “no fim dos anos oitenta as mulheres começam a defender a igualdade, não mais em nome de sua capacidade de se assemelharem aos homens, mas sobretudo, em nome de seu direito de diferirem deles”.

#### 4. CONCLUSÃO

Promover generalizações implica cair em uma prática essencialista que refutamos. A naturalização das idéias e conceitos rígidos e inflexíveis desvirtua a noção, hoje tão perseguida e difundida, de que há masculinidades e feminilidades múltiplas e concebidas pelas suas interfaces. As categorias binárias, simplistas e restritivas, além de fugirem do real, levam ao sexismo que pode surgir pela condenação de um sexo em detrimento do outro. A questão da dominação masculina, vista como uma entidade generalizada e totalitária, não nos permite enxergar que há homens nos quais é preciso combater o comportamento machista e mulheres que reforçam continuamente esse comportamento na criação de seus filhos e na reposição dos discursos que dizem refutar. Afasta-se, assim, através do uso de conceitos estanques, qualquer possibilidade de se encarar a questão com a complexidade que ela nos exige, percebendo que homens e mulheres influenciam-se continuamente na construção de suas identidades.

Assim, é primordial encerrar este artigo, corroborando as idéias de Mead e das muitas outras feministas que a precederam, percebendo que nada é da ordem do “natural”, pois a maior parte das “verdades” apregoadas, mesmo aquelas tidas por científicas, são provisórias e circunscritas a um contexto, resultando de variadas posições sócio-culturais construídas discursivamente no curso da história. Conforme detalhamos, esperamos que tenha ficado claro que, em nossa visão, masculino e feminino são representações que tra-

zem dentro de si um jogo multifacetado de significados construídos em diferentes tempos e culturas em virtude daquilo que se pretende mostrar e ocultar.

## BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Miguel Vale de (2000). *Senhores de si, uma interpretação antropológica da masculinidade*. 2.ed. Lisboa: Fim de Século.
- ARRILHA, Margareth; UNBEHAUM, Sandra G.; MEDRADO, Benedito (org). (1998). *Homens e Masculinidades: Outras Palavras*. São Paulo: Editora Ecos.
- BADANTER, Elisabeth (1986). *Um é o outro*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.
- (1993). *XY: Sobre a identidade masculina*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.
- (2005). *Rumo equivocados: O feminismo e alguns desvios*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- BENTO, Berenice Alves de Melo (2004). "Da transexualidade oficial às transexualidades". In *Sexualidade e Saberes: Convenções e Fronteiras*. Rio de Janeiro: Garamond.
- BERGER, Peter. I; Luckmann, Thomas (1991). *A construção social da realidade*. 9.ed. Petrópolis: Vozes.
- BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. (org). (2002). *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: Editora FCC.
- BUSCOTORFF-SILVA, Joaquim M; MIRANDA, Márcio Lopes (2004). "Ambigüidade sexual na infância: aspectos cirúrgicos da escolha do gênero na criação". In *Sexualidade e Saberes: Convenções e Fronteiras*. Rio de Janeiro: Garamond.
- BUSTOS, Dalmiro M. (2003). *Manual para um homem perdido*. Rio de Janeiro: Record.
- BUTLER, Judith (2003). *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- (2001). "Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo". In *O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica.
- CARRARA, Sérgio; VIANNA, Adriana, R. B. (2004). "«As vítimas do desejo»: Os tribunais cariocas e a homossexualidade nos anos 1980". In *Sexualidade e Saberes: Convenções e Fronteiras*. Rio de Janeiro: Garamond.
- CHAUÍ, Marilena (1984). *Repressão sexual, essa nossa (des) conhecida*. 5.ed. São Paulo: Editora Brasiliense.
- CIAMPA, Antônio da Costa (1989). *A estória do Severino e a história da Severina*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- COUTO, Edvaldo Souza (2003). "Corpos modificados - O saudável e o doente na cibercultura". In *Corpo, Gênero e Sexualidade: Um debate contemporâneo na educação*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.
- ENGELS, F. (1976). *A Origem da Família, da Propriedade privada e do Estado*. Lisboa: Presença.
- HEILBORN, Maria Luiza (2004). *Dois é para: Gênero e identidade sexual em contexto igualitário*. Rio de Janeiro: Editora Garamoud.
- KEHL, Maria Rita (1996). *A mínima diferença; Masculino e feminino na cultura*. Rio de Janeiro: Editora Imago.
- LOURO, Guacira Lopes (org). (2001). *O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica.
- NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana Vilodre (org). (2003). *Corpo, Gênero e Sexualidade: Um debate contemporâneo na educação*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.
- MAGALHÃES, Aceli de Assis (2001). *Histórias de Mulheres*. São Paulo: Editora Altana.
- MEAD, Margaret (1962). *Sexo e Temperamento*. São Paulo: Editora Perspectiva.

- NOLASCO, Sócrates (1995). *O Mito da Masculinidade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Rocco.
- OLIVEIRA, Rosiska Darcy (1993). *Elogio da diferença: o feminino emergente*. 3.ed. São Paulo: Editora Brasiliense.
- PARKER, Richard (2001). "Cultura, Economia e Política: construção social da sexualidade". In *O corpo educado, pedagogias da sexualidade*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica.
- RODRIGUES, Arakcy Martins (1978). *Operário, operária; estudo exploratório sobre o operariado industrial da Grande São Paulo*. São Paulo: Editora Símbolo.
- WEEKS, Jeffrey (2001). "O corpo e a sexualidade". In *O corpo educado, pedagogias da sexualidade*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica.

## RESUMO

O objetivo deste artigo é mapear a forma como as relações de gênero vêm se configurando ao longo dos tempos, em diferentes épocas e culturas, através de múltiplas e eficazes práticas discursivas, estabelecendo-se suas interfaces com o processo de constituição das identidades de gênero – masculinas, femininas e transgêneras – inscritas na sociedade contemporânea.

## ABSTRACT

This article aims to trace down the historical configurations of gender relations in different times and cultures based on multiple and effective discourse practices and examine their interface with the process of the gender identity formation – masculine, feminine and transgender – in contemporary society.

